

**ACTA**

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Guimarães prepara-se com afinco para a Capital Europeia da Cultura em 2012. Estamos a dar os primeiros passos para a construção de um conjunto de infra-estruturas que envolvem um investimento de várias dezenas de milhões de euros. Um dos investimentos é o Campurbis e a possibilidade única de recuperar uma parte significativa da memória dos vimaranenses – o património industrial dos curtumes. O PSD sempre defendeu que o maior desafio que se coloca a Guimarães é assumir a CEC 2012 também como uma oportunidade única de reabilitação urbana. Será que vamos aceitar este desafio? Estaremos disponíveis para tomar as decisões necessárias que potencie a vitória na recuperação urbana? Ainda não é tarde, mas cada vez falta mais tempo. O Centro Histórico é

um dos orgulhos dos vimaranenses e na passagem do 9º Aniversário da atribuição pela UNESCO do título de Património Mundial da Humanidade deve inspirar-nos para um olhar além do Centro Histórico. Aquilo a que assistimos não é muito animador. Dezenas de edifícios em mau estado de conservação e abandonados, em várias ruas da zona tampão exigem da Autarquia uma tomada de posição e uma estratégia para que Guimarães se apresente aos milhares de visitantes nacionais, europeus e mundiais de cara lavada e como uma cidade onde dê gosto visitar, passar alguns dias e quem sabe para alguns, aqui viverem. A Avenida Conde de Margaride é um exemplo onde se farão dois grandes investimentos: A Plataforma das Artes e a Casa da Memória e paredes meias com estes equipamentos assistimos a casas abandonadas, outras mal cuidadas e em frente à futura Casa da Memória do outro lado da rua temos as garagens da antiga empresa Soares e dos TUG's que aguardam uma palavra do Sr. presidente sobre o que pretende fazer o Executivo Municipal para aqueles espaços? Qual a estratégia a seguir para envolver os privados para a reabilitação urbana dos seus prédios?".

2 – Vereador António Salgado Almeida – Disse que a solidariedade devia acontecer todos os dias do ano num combate à miséria e à pobreza que assola grande parte da população, e não apenas em determinadas épocas, como acontece com procedimentos de algumas entidades, que apenas demonstram a sua solidariedade na quadra natalícia.

3 – Vereadora Francisca Abreu – Deu conhecimento que no Município de Guimarães os refeitórios escolares estão em funcionamento durante as interrupções lectivas, quer para os alunos dos Jardins-de-infância, quer para os que estão inscritos em Actividades de Tempos Livres. Acrescentou que não haverá medidas excepcionais para as férias escolares pois



nenhum estabelecimento de ensino o solicitou até ao momento. **4**

– Vereador André Coelho Lima – a) – Abordou a relevância de o Município se associar à Feira Internacional Heimtextil, promovendo o destino de Guimarães, acrescentando que tal preocupação deveria ser extensiva àquelas que sejam consideradas as principais feiras internacionais no sector do calçado e de cutelarias, atendendo a que são sectores que, juntamente com o têxtil, caracterizam a nossa região e muito particularmente o concelho de Guimarães. Continuou, referindo que são inúmeras as empresas vimaranenses representadas naquele certame, que fazem fortes investimentos nos respectivos expositores, pelo que o Município poderia aproveitar este evento tendo em vista a promoção do destino Guimarães, bastando, para tal, disponibilizar artigos promocionais e, eventualmente, criar uma banca ou um mini-expositor alusivo à cidade, que possa ser colocado em todos os expositores das empresas vimaranenses. Assim, defendeu que a Câmara deveria estar mais atenta a este tipo de certames, onde Guimarães tem uma posição muito relevante, acompanhando o nosso tecido empresarial de forma a, através dele e dos seus produtos, promover o destino turístico Guimarães; **b** – A propósito da falta de água nas freguesias de Ronfe e Taipas, questionou a Câmara sobre se a fonte alternativa de fornecimento de água, em caso de ruptura, intencional ou casual, do sistema de captação da VIMÁGUA, é apenas o recurso ao fornecimento pela empresa Águas do Cávado, através de um colector situado na freguesia de Ronfe e se tal poderá encarecer significativamente o custo da água. Considerou que se as fontes de alimentação da VIMÁGUA, situadas em solo concelhio, são insuficientes para a cobertura total do concelho, dever-se-ia garantir fontes de alimentação alternativas, na dependência e

gestão da mesma empresa, ao invés de, como está pensado, se recorrer a um sistema alternativo pertencente a outra empresa, uma vez que, nesse caso, naturalmente, ter-se-á que pagar além dos custos directos, a amortização do investimento realizado no Cávado (que é bastante superior) e ainda uma margem a favor da empresa que presta este serviço, o que poderá configurar uma perigosa subida nos preços da água no concelho de Guimarães. **5**

– Presidente da Câmara – a) – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que os recursos disponíveis de apoio à reabilitação urbana têm estado canalizados para a zona do Centro Histórico; **b)** - Sobre as campanhas de combate à pobreza referiu a distribuição mensal que a Câmara promove junto das famílias mais necessitadas, sendo as situações mais emergentes resolvidas através da aplicação do Regulamento Municipal existente para o efeito; **c)** - Relativamente à participação da Câmara Municipal na Feira Internacional Heimtextil comprometeu-se a colocar o assunto ao Gabinete de Apoio ao Empresário para saber o que se pode fazer. Disse, ainda, que o Município está sempre receptivo para colaborar com as empresas que participaram neste tipo de certames. **d)** – Explicou a questão técnica que esteve na origem do corte de água em algumas zonas das Vilas de Caldas das Taipas e Ronfe, referindo que as tarifas não serão mais dispendiosas para os consumidores, em virtude da ligação ao Cávado, como recurso. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara prestou as seguintes informações: **a)** – Deu conhecimento do agradecimento da Dr.^a Isabel Fernandes na sequência do voto de Louvor aprovado na passada reunião de Câmara; **b)** – Disse que o Balcão Único de Atendimento, a funcionar no Edifício da Câmara Municipal de Guimarães, vai ter



novas valências, ao abrigo do Programa Simplex, adiantando que outros serviços ficarão disponíveis no Posto de Atendimento ao Cidadão, num processo que ainda está a ser acertado com as diferentes instituições aderentes. Disse, ainda, que a Câmara Municipal instalou uma rede sem fios “wi-fi” naquele espaço que permite aos munícipes a navegação na internet enquanto aguarda pelo atendimento, sendo a ligação livre e sem custos; **c)** – Manifestou-se preocupado com o aumento de locais na Cidade utilizados pelos adeptos de graffitis, mostrando-se receptivo a destinar um local da Cidade onde os interessados possam realizar essa vocação artística. Deu exemplo de locais que foram vandalizados, como o Parque das Taipas, a estátua de D. Afonso Henriques e o Oratório existente no Largo Martins Sarmiento; **d)** – Disse que a Câmara Municipal vai promover, no próximo mês de Janeiro, um debate público para incentivar a reabilitação dos edifícios no Centro Histórico e na Zona Tampão, tratando-se de uma iniciativa destinada a auscultar a população, os promotores imobiliários, a UNESCO e o IGESPAR sobre se será possível introduzir alterações nos regulamentos que regem as intervenções propostas para a reabilitação dos imóveis no Centro Histórico e na Zona Tampão; **e)** – Referiu uma notícia publicada sobre a Casa da Memória, onde era adiantado que estava já designado um director geral referindo que tal informação não corresponde à verdade. ----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 - Dos ofícios da Assembleia Municipal números 185 a 192, datados de 29 de Novembro de 2010, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 1 de Outubro, das seguintes propostas: **a)** – “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano de 2010”; **b)** – “Derrama sobre a Colecta de 2010 (a cobrar

em 2011)”; **c)** – Participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Ano de 2011”; **d)** – “Revisão Orçamental”; **e)** – “Adesão do Município de Guimarães à Associação “REC – Associação Rede Economias Criativas”; **f)** – “Parque Central – Isenção do Pagamento na Primeira Hora de Estacionamento”; **g)** – “Procedimento de Alteração do Plano Director Municipal de Guimarães”; **h)** – “Alteração Parcial do Mapa de Pessoal do Município de Guimarães/2010”. **2** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 9 de Dezembro de 2010, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“VENDA EM HASTA PÚBLICA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA E OUTROS – HASTA PÚBLICA Nº 3/2010 – P. 40/08/2010** – Na sequência das informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito e Transportes, e após tramitação de todo o processo administrativo legal, efectuada por aqueles serviços, foi solicitada a venda de 20 veículos abandonados na via pública e outros, abaixo identificados, destinados à destruição e desmantelamento qualificado. -----

N.º	Marca/Modelo	Matrícula	Cor
1	Renault Clio	HX-83-91	Verde
2	Opel Corsa	SE-76-26	Branco
3	Opel Corsa	35-46-DT	Preto
4	Opel Corsa	OG-29-38	Cinzento
5	Ford Mondeo	15-31-FS	Roxo
6	Iveco	OR-3822-N	Azul
7	Renault Clio	PX-27-79	Branco
8	Alfa Romeo	26-02-AH	Preto
9	Renault 9	JI-21-94	Cinzento
10	Peugeot 106	13-34-PR	Cinzento
11	Mercedes 240D	OT-29-40	Castanho
12	Ford Fiesta	19-45-CF	Cinzento
13	Fiat Punto	74-92-FX	Branco
14	Opel Corsa ALS	JS-87-60	Azul



N.º	Marca/Modelo	Matrícula	Cor
15	Renault Megane Break	63-30-ON	Cinzento
16	Seat Marbella	QH-73-16	Branco
17	Peugeot 306	48-92-ER	Verde
18	Fiat Tipo	UX-48-61	Cinzento
19	Honda Concerto	XS-81-44	Verde
20	Fiat Uno	XJ-71-52	Branco

Assim, submete-se à consideração superior a venda, em hasta pública, das supracitadas viaturas, conforme programa que se anexa, devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo da Autarquia e ainda no sítio da Internet do Município, de acesso público. À consideração superior". **3** – Do ofício da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, remetendo, para conhecimento, o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional para 2010, o Parecer do Fiscal Único, bem como o Tarifário 2011 que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida, por não ter participado na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1/JI DO BARREIRO – SELHO S. JORGE PARA CENTRO ESCOLAR – CONTA FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "Por deliberação da Câmara

Municipal de Guimarães, datada de 4 de Junho de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa "Sociedade de Construções Guimar, S.A.", pelo valor de €915.607,25 (novecentos e quinze mil seiscientos e sete euros e vinte e cinco cêntimos) + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €909.995,52 + IVA. 3 - Verificou-se a existência de €5.611,73 + IVA de TRABALHOS A MENOS, que correspondem ao não esgotamento da medição de alguns artigos prevista em projecto, que corresponde a 0.6 %. 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do artº 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €20.739,77 + IVA. 7 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €930.735,29 + IVA, sendo que €909.995,52 + IVA de trabalhos contratuais e €20.739,77 + IVA da revisão de preços provisória e do Auto final no valor de €46.064,30 + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no art.º 399º, do Decreto-Lei 18/08, de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do art.º 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO –

Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da



obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 18 de Novembro de 2010 a “António da Silva Campos SA”, pelo valor de €1.835.000,00 (um milhão oitocentos e trinta e cinco mil euros) + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – PLATAFORMA DAS ARTES – RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO N.º 2 – Presente, para

aprovação, o Relatório Final da Fase de Qualificação n.º 2 relativo à empreitada em epígrafe, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A extensa documentação que nos é presente, não é, necessariamente, passível duma análise tão rigorosa quanto o assunto justificava. Não o é, atento o reduzido tempo para análise (poucos mais de 48 horas) que impede uma análise jurídica mais profunda e a consulta a demais documentação. Não obstante, da análise que se logrou fazer, resulta clara a existência de divergências diversas quanto à interpretação dos mesmos factos. Divergência entre ente público (Câmara Municipal) e concorrentes (esta mais natural ou usual), divergências entre os juristas que concedem os pareceres solicitados, e até divergências adentro do próprio Júri, que culmina na apresentação, para deliberação por este executivo, de uma decisão por maioria desse mesmo Júri. Isto posto, temos um processo que se nos apresenta com um voto de vencido, num Júri com 3 elementos, que nos apresenta dois pareceres jurídicos, devida e suficientemente fundamentados, e que acompanham as reivindicações de concorrentes excluídos pelo Júri, pareceres esses

que, em nossa opinião, assentam em argumentação que qualificaríamos de razoável – atendendo a que o que está em causa não é a falta de condições de admissibilidade do concorrente, mas a mera falta de comprovativo dessas condições, o que, nos termos da lei e dando sequência ao interesse público, deveria conduzir à notificação do concorrente para suprimento de insuficiências ou esclarecimento de obscuridades – e temos ainda que, um dos candidatos exerce o direito de audiência prévia revelando um manifesto *animus litigandi*. A tudo isto, deve acrescer, politicamente, que o interesse público (e em bom rigor o interesse privado) é em nossa opinião melhor perseguido e/ou salvaguardado quanto maior for o número de concorrentes a determinada obra, *in casu*, a determinado concurso público. A concorrência obriga ao melhoramento das propostas, na perspectiva do dono da obra, e aumenta, em teoria, a possibilidade matemática de haver propostas mais vantajosas do ponto de vista financeiro. Onde, a exclusão deve assentar em critérios claros e objectivos, e aliás inequívocos e incontroversos. A exclusão, quando não em perseguição do interesse público, tem que assentar em fundamentação clara, substancial e não meramente de forma. A exclusão de concorrentes, com tudo o que tal implique em termos de perda em matéria de concorrência, assente tão somente em dúbios rigorosismos formais, deve em nossa opinião fenecer. Ainda, não podemos ser alheios à circunstância de que o Relatório Final da Fase de Qualificação nº 2 que aqui votamos, é relativo à Plataforma das Artes, equipamento central no âmbito da CEC/2012, isto é, equipamento relativamente ao qual o factor temporal na sua execução é uma questão central e decisiva. Ora, a tomada de uma decisão controversa, que contraria pareceres jurídicos que por sua vez acompanhavam a



reivindicações do concorrente, confere margem de manobra a um exercício pleno do *animus litigandi* revelado com a defesa escrita, sendo que, uma interrupção judicial nas obras dum equipamento desta natureza será uma consequência desastrosa, indesejável e a evitar a todo o custo, pelo que, até a jurisprudência das cautelas aconselha a que, nesta situação, possamos aceitar a constância de mais concorrentes, sem prejuízo de, mediante incumprimento posterior dos requisitos exigidos, poder a todo o tempo ser excluído, com argumentos substantivos. Por toda esta situação, pela controvérsia manifesta em torno de algumas das exclusões sugeridas por este Relatório Final da Fase de Qualificação nº 2, pela não adesão, pela nossa parte, aos argumentos de exclusão de alguns concorrentes, pela circunstância de sair em nossa opinião melhor salvaguardado o interesse público quanto maior for o número de concorrentes e propostas a concurso, por entendermos dever ser evitado, a todo o custo, o risco de instauração de acções tendentes a interromper o normal e regular curso das obras, e ainda, por sabermos que a abstenção nos não desresponsabiliza de quaisquer consequências que esta decisão possa vir a ter, o sentido de voto do PSD será **contra**". -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "A execução da Plataforma das Artes é um empreendimento da maior importância para que a Cidade de Guimarães possa usufruir plenamente da sua condição de Capital Europeia de Cultura. Por isso, quer a Câmara quer os seus serviços, empenharam-se fortemente na definição de condições exigentes para garantir o maior sucesso neste projecto. Aliás, o recurso a uma pré-qualificação visou exactamente reforçar os

requisitos dos empreiteiros que pudessem responder capazmente ao pretendido. Com o decorrer do processo, todos os seus intervenientes, nomeadamente os membros do júri, tiveram a oportunidade de expor as suas posições, conforme consta da documentação que foi submetida a deliberação do plenário da Câmara. Os interessados declararam aquilo que por bem entenderam, e, de modo a promover a dissipação de quaisquer dúvidas sobre questões de legalidade, foi solicitada a intervenção de três juristas, que foram instados a dar conselho quanto a diversas matérias, para a definição da posição final. Dois deles coincidiram na matéria mais importante, e um opinou em sentido oposto. O júri foi sensível à opinião jurídica maioritária, e, em consequência, elaborou o relatório final que todos conhecem. A votação que nesse órgão ocorreu mais não foi do que o normal exercício do poder de decisão, a qual, embora carecendo de homologação da Câmara, representou o regular cumprimento de um dever que lhe competia. Resumindo e concluindo, temos um caso em que o processo fala por si. Na sua transparência, no contraditório permanentemente exercido, no escrutínio de todas as questões suscitadas pelos interessados, e, finalmente, no respeito rigoroso de todas as normas legais aplicáveis, na prática dos actos legalmente necessários. Sempre foi assegurada a maior concorrência possível, bem comprovada pelo número muito elevado de interessados que se apresentaram. Quem foi excluído, foi-o por motivos que só têm a ver com a sua própria responsabilidade. Deste modo, nada existe que pudesse justificar qualquer perturbação no processo que visa a execução da empreitada da Plataforma das Artes. Pelo menos para quem deseje que a obra seja realizada, e que a Capital da Cultura seja um êxito". -----



OBRAS PÚBLICAS – PAVILHÃO DA EB 2,3 FERMENTÕES – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **“1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **“Pavilhão da EB 2,3 de Fermentões”**, submete-se à consideração, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto – Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos do art.º 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil euros) + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.2.35 do Plano Plurianual de Investimentos a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do art.º 19º, do CCP. **3.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com: Fixação do parâmetro base do preço contratual em €1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil euros) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **4.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; b) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; c) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite

Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **5.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANOS CIVIS 2011, 1012 E 1013 – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Dezembro de 2010, que aprovou o relatório final, que se anexa, respeitante ao procedimento em epígrafe, propondo a não adjudicação conforme o disposto na alínea b), n.º 1, artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos, bem como a abertura de um novo procedimento para a contratação desta prestação de serviços, mediante Ajuste Directo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 1, artigo 24.º do Código supracitado. O referido Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANOS CIVIS 2011, 2012 E 2013 – AJUSTE DIRECTO N.º 112/2010 – Presente, para ratificação e ulterior ratificação pela Assembleia Municipal, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Dezembro de 2010, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Considerando a necessidade e a urgência no fornecimento de refeições em refeitórios escolares, a iniciar-se no dia 3 do próximo mês de Janeiro, e que na sequência do concurso



público aberto para o efeito todas as propostas apresentadas foram excluídas, submete-se para aprovação superior a abertura de novo procedimento, em conformidade com o fundamentado na informação em anexo, e de acordo com o programa de concurso e o caderno de encargos, também em anexo, bem como a correspondente repartição de encargos, a ratificar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Prestação de serviços – Fornecimento de refeições em refeitórios escolares – **Período de vigência:** 3 anos civis (2011 a 2013) – **Preço base:** 6.305.057,00€ + I.V.A. (13%) – **Repartição de encargos:** - Ano 2011: €1.977.635,00; - Ano 2012: €2.137.575,00 e Ano 2013: €2.189.847,00. **Classificação económica:** 020105. **Plano:** 2.1.2.56 A. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do ajuste directo ao abrigo do critério material previsto na alínea b), n.º 1, artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, de acordo com a referida informação em anexo, e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Câmara Municipal. **Fornecedores a consultar:** - Eurest (Portugal) – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda; - Narest – Sociedade Nacional de Restauração, Lda; - ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana S.A.; - Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.; - ICA – Indústria e Comércio Alimentar, S.A.. **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Clara Maria Soares, Técnica Superior; **Vogais Suplentes:** - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior; - Carla Alexandra Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e

impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior". O Caderno de Encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER A RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PROCEDIMENTOS TENDENTES À AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS "ACÇÕES IMATERIAIS" INERENTES ÀS PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO E CAMPURBIS

– Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "Refere-se a presente informação técnica ao conjunto de processos designados por: 1 - Colaboração, no âmbito da componente de paisagismo, para acompanhamento e elaboração dos projectos de paisagismo inerentes ao projecto Mapa 2012; 2 - Concepção e desenvolvimento de exposições no âmbito da temática da parceria para a regeneração urbana do centro histórico e suas conexões com a realidade municipal; 3 - Coordenação do programa de acção da parceria para a regeneração urbana do centro histórico de Guimarães; 4 - Investigação histórica e produção documental no âmbito dos programas de acção das parcerias para a regeneração urbana do centro histórico e Campurbis; 5 - Análise comparativa do centro histórico e sua envolvente com realidades urbanas similares; 6 - Auxílio ao nível do desenho de equipamento e comunicação. O conjunto de trabalhos em causa resultam do desenvolvimento das parcerias para a regeneração urbana, quer do centro histórico, quer do Campurbis, objecto de candidaturas a



fundos comunitários (QREN) já apresentadas e aprovadas, e visam, de forma continuada até à conclusão do prazo de vigência das mesmas parcerias, a execução de um conjunto de trabalhos de investigação, estudo, análise, design e concepção complementares às infra-estruturas físicas planeadas e a concretizar no âmbito das mesmas parcerias. Considerando o disposto na lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e despacho do Sr. Presidente da Câmara de 26 Outubro '10 (anexo 1); Considerando que já foi solicitado parecer técnico interno ao Departamento de Recursos Humanos, o qual informa não possuir os serviços municipais disponibilidade e conhecimentos específicos, nomeadamente ao nível da história da arte, design de equipamento e comunicação, ..., para a realização dos trabalhos em causa (anexo 2); Considerando que o Departamento Financeiro informa que no Orçamento 2011 foi inscrita verba para suportar a despesa inerente aos mesmos trabalhos (anexo 3); Julga-se reunidas as condições necessárias para submeter a proposta de realização dos trabalhos acima "listados", em regime de contratação de prestação de serviço à Câmara Municipal de Guimarães para emissão do respectivo parecer / autorização. Assim, e nos termos do já referido despacho de 26 de Outubro '10 (anexo 1): Verificando-se tratar-se de um conjunto de trabalhos que não se caracterizam por se constituírem trabalho subordinado ou dependente, antes o acompanhamento e monitorização por parte da entidade adjudicante, sendo o resultado final do trabalho realizado da exclusiva responsabilidade do prestador de serviços (não se encontrando sujeito à disciplina e à direcção do Órgão Contratante nem ao cumprimento de um horário de trabalho); Verificando-se a inscrição da verba necessária à realização dos trabalhos em causa no orçamento municipal para 2011;

Verificando-se que nenhum dos trabalhos em causa pressupõe um preço máximo de execução superior a €75.000,00, enquadrando-se assim na alínea a, número 1, artigo 20 do decreto-lei 18/08 – procedimento de ajuste directo com convite a um ou mais prestadores de serviço; Verificando-se que nos procedimentos a adoptar se fixará a condição de “a parte contratada não possuir a participação de ex-colaboradores do Órgão ou Serviço, bem como do respectivo conjugue, algum parente ou afim em linha recta ou até ao segundo grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem vive em economia comum”; Verificando-se que o presente pedido se destina exclusivamente aos trabalhos de: Colaboração, no âmbito da componente de paisagismo, para acompanhamento e elaboração dos projectos de paisagismo inerentes ao projecto Mapa 2012; Concepção e desenvolvimento de exposições no âmbito da temática da parceria para a regeneração urbana do centro histórico e suas conexões com a realidade municipal; Coordenação do programa de acção da parceria para a regeneração urbana do centro histórico de Guimarães; Investigação histórica e produção documental no âmbito dos programas de acção das parcerias para a regeneração urbana do centro histórico e Campurbis; Análise comparativa do centro histórico e sua envolvente com realidades urbanas similares; Auxílio ao nível do desenho de equipamento e comunicação, os quais não implicam qualquer renovação ou prorrogação de anteriores contratos, possuem natureza específica e um prazo de execução definido (não excedendo o termo do prazo contratual a estabelecer – data de conclusão das parcerias para a regeneração urbana do centro histórico e Campurbis); Solicita-se autorização ao Órgão executivo para o desenvolvimento dos procedimentos tendentes à contratação de prestação de



serviços (tarefa ou avença) para a execução dos seguintes trabalhos (descritos na informação técnica do Departamento de Recursos Humanos – anexo 2): 1 - Colaboração, no âmbito da componente de paisagismo, para acompanhamento e elaboração dos projectos de paisagismo inerentes ao projecto Mapa 2012; 2 - Concepção e desenvolvimento de exposições no âmbito da temática da parceria para a regeneração urbana do centro histórico e suas conexões com a realidade municipal; 3 - Coordenação do programa de acção da parceria para a regeneração urbana do centro histórico de Guimarães; 4 - Investigação histórica e produção documental no âmbito dos programas de acção das parcerias para a regeneração urbana do centro histórico e Campurbis; 5 - Análise comparativa do centro histórico e sua envolvente com realidades urbanas similares; 6 - Auxílio ao nível do desenho de equipamento e comunicação. Mais se refere que, naturalmente, em todo o desenvolvimento dos procedimentos a realizar serão observadas as disposições legais do código de contratos públicos (decreto-lei 18/08). Como anexos, junta-se: Anexo 1: despacho do Sr. Presidente da Câmara de 26 Outubro '10; Anexo 2: informação técnica do Departamento de Recursos Humanos e descrição dos trabalhos a realizar; Anexo 3: informação técnica do Departamento Financeiro – inscrição de verba no orçamento 2011". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS –
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS (UM POSTO DE
TRABALHO PARA TÉCNICO SUPERIOR DA ÁREA DE**

DIREITO), DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO CONTENCIOSO E POLÍCIA MUNICIPAL (UM POSTO DE TRABALHO PARA TÉCNICO SUPERIOR DA ÁREA DE DIREITO) E DEPARTAMENTO FINANCEIRO (TRÊS POSTOS DE TRABALHO PARA TÉCNICO SUPERIOR – DOIS DA ÁREA DE ARQUITECTURA E UM CUJA LICENCIATURA SE IDENTIFIQUE COMO ADEQUADA; UM POSTO DE TRABALHO PARA ASSISTENTE TÉCNICO) – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência das informações prestadas pelo Eng. Joaquim Carvalho, Director do Departamento de Obras Municipais, pela Dr.^a Inês Ribeiro, Chefe de Divisão de Contencioso e pela Dr.^a Sónia Gonçalves, Técnica Superior e relativas à abertura dos procedimentos concursais supra identificados, cumpre-me informar o seguinte: - O posto de trabalho para Técnico Superior da área de Direito para o DOM, encontra-se previsto no mapa de pessoal para 2010 aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; - O posto de trabalho para Técnico Superior da área de Direito para o DFCPM, encontra-se previsto no mapa de pessoal para 2010 aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; - Os postos de trabalho para dois Técnicos Superiores da área de arquitectura, um Técnico Superior cuja licenciatura se considere adequada e um posto de trabalho para assistente técnico, encontram-se previstos na alteração ao mapa de pessoal para 2010, aprovado pela Assembleia Municipal em 26 de Novembro de 2010, como necessidade temporária; - Existe verba orçamental disponível; - Dar-se-á cumprimento ao disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de



Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho carece de aprovação do órgão executivo do Município”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CARTA DE COMPROMISSO – “GRANDE ROTA DO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE DO VALE DO DOURO – Presente, para ratificar, a Carta de Compromisso “Grande Rota do Património da Humanidade do Vale do Douro” tendo por objectivo estimular a cooperação entre as Entidades Gestoras dos Sítios e Bens que integram a Lista da UNESCO do Património da Humanidade da Bacia do Douro, a Fundação Hispano Portuguesa Rei Afonso Henriques e outras entidades com competências nos domínios do Desenvolvimento Regional e Local e na projecção do Turismo e da Cultura da Região Norte e da Região de Castela Leão. A Carta de Compromisso dá-se aqui por reproduzida a fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VALE DE S. TORCATO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Vale de S. Torcato pretende, no âmbito do seu Projecto – Escola TEIP, promover no corrente ano lectivo um conjunto de acções no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação com o objectivo de melhorar e aumentar as competências dos alunos dos segundos e terceiros ciclos do ensino básico, aliando o conhecimento teórico a aplicações práticas. Considerando que: compete ao Município o fornecimento e manutenção do equipamento informático instalado nos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo; a DOSIC tem manifestado dificuldades em prestar apoio às escolas em matéria

de assistência técnica; a direcção executiva do Agrupamento de Escolas se compromete a prestar apoio técnico, disponibilizando os seus recursos humanos docentes da área da informática, competindo à Autarquia o fornecimento do software e dos componentes, de acordo com o levantamento de necessidades; esta iniciativa para além de colmatar algumas das lacunas sentidas, constituiria um importante contributo do Município para a prossecução dos objectivos do Projecto - Escola TEIP deste Agrupamento de Escolas, propomos, no seguimento dos despachos superiormente emitidos, que seja celebrado entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas um protocolo de colaboração. Em anexo, o texto do referido documento. À Consideração Superior". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROJECTO DE VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA DOÇARIA TRADICIONAL VIMARANENSE

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Turismo: "Guimarães assume-se claramente como um destino turístico, com forte capacidade de atracção de visitantes e turistas. Pelo seu património arquitectónico e suas referências culturais, o concelho assume-se como um destino de turismo cultural incontornável no Noroeste Peninsular. A presença de visitantes e forasteiros afigura-se como uma oportunidade de negócio para a população local. A comercialização de produtos endógenos e autênticos tem assim um enorme potencial de gerar receitas e crescer como actividade económica. A valorização da doçaria tradicional pode ser um meio de criar novas oportunidades de negócio e complementar outras actividades económicas em áreas rurais do concelho. Com o objectivo da valorização, conservação e divulgação, do património



em que se afigura a doçaria tradicional local, torna-se necessária a valorização do receituário antigo e dos produtos singulares da gastronomia do concelho. Através deste ambiciona-se que a produção de doçaria tradicional, com especial destaque para as Tortas e o Toucinho do Céu, possa transformar-se numa actividade económica capaz de gerar oportunidades de negócio, num concelho com uma forte capacidade de atracções turística, ao mesmo tempo que se descentraliza a frequência turística da área do centro urbano para as periferias e áreas rurais do município. Tendo em conta a abertura de candidaturas ao PRODER, sugiro que seja apresentada uma candidatura – Subprograma 3, Acção 3.2.1 2010 – Conservação e Valorização do Património Rural, de um projecto de Valorização e Conservação da Doçaria Tradicional Vimaranense. Este projecto terá 4 acções base; **Acção 1** – Caracterização físico-química de doces tradicionais Vimaranenses; **Acção 2** – Registo fotográfico e vídeo de identificação da doçaria tradicional de Guimarães; **Acção 3** – Estudo e Publicação sobre a Doçaria Vimaranense Antiga; **Acção 4** – Divulgação dos receituários apurados junto da população local. Com a implementação destas acções pretende-se, ainda estabelecer o trabalho de base para um processo de certificação das Tortas de Guimarães e do Toucinho-do-céu de Guimarães. Através deste processo e da implementações destas acções, pretende-se ainda que a produção de doçaria tradicional, com espacial destaque para as Tortas e o Toucinho do Céu, possa transformar-se numa actividade económica capaz de gerar oportunidades de negócio, num concelho com uma forte capacidade de atracções turística, ao mesmo tempo que se descentraliza a frequência turística da área do centro urbano para as periferias e áreas rurais do município”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACTUALIZAÇÃO DAS TARIFAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

URBANOS – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Considerando: Que o serviço de recolha de resíduos indiferenciados e selectivos são essenciais ao bem-estar geral dos cidadãos, à saúde pública, às actividades económicas e à protecção do ambiente. Que o utilizador final deve tendencialmente pagar o preço justo por este serviço. Que no ano de 2009 não houve qualquer actualização no tarifário dos resíduos sólidos urbanos. Considerando ainda: A Recomendação n.º 1/2009 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), onde é referido que: a actual evolução do sector, aliada às condicionantes agora fixadas pelo Direito Comunitário e pelo Direito interno, determina a introdução de tarifários que traduzam correctamente os custos de gestão destes serviços junto dos utilizadores finais, que contrariem a produção de resíduos indiferenciados e que promovam a adesão aos sistemas de deposição e recolha selectiva. O Regime Geral da Gestão dos Resíduos (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro), em consonância com o Direito Comunitário, estabelece um conjunto de instrumentos económicos e financeiros dirigidos à compensação tendencial dos custos sociais e ambientais que o produtor gera à comunidade ou dos benefícios que a comunidade lhe faculta. a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) caminha no mesmo sentido ao impor que as prestações a fixar pelos municípios relativas aos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos garantam a cobertura dos custos directa e indirectamente suportados com a prestação desses mesmos serviços. Os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem obedecer aos princípios estabelecidos pela Lei de Bases do Ambiente, pela Lei da Água,



pelo Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos, pelo Regime Geral da Gestão de Resíduos e pela Lei das Finanças Locais, e respeitar especificamente os princípios da recuperação dos custos, nos termos do qual os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem permitir a recuperação tendencial dos custos económicos e financeiros decorrentes da sua provisão, em condições de assegurar a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade das entidades gestoras, operando num cenário de eficiência de forma a não penalizar indevidamente os utilizadores com custos resultantes de uma ineficiente gestão dos sistemas; Considerando o facto de actualmente as receitas das tarifas de resíduos cobrirem apenas cerca de 63% dos custos com a gestão de resíduos. Propõe-se um acréscimo de 2,30%, ao valor actual das tarifas, de acordo com o documento anexo". O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida. Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Em 2009, quando foi discutida em Reunião do Executivo Municipal, a adesão à Resinorte e a concessão por 30 anos dos serviços de gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos, o Sr. Presidente afirmou: 1 - "Foi a melhor solução, porque permitiria **baixar o preço médio** do custo do tratamento dos resíduos". 2 - Disse ainda que a Autarquia iria ter um custo de tratamento por tonelada de resíduos de 32 € quando anteriormente pagava pelo mesmo serviço 52€/tonelada e que o **efeito desta redução se faria sentir nos próximos anos. Foram estes os pressupostos que o Executivo Socialista apresentou para justificar a adesão e**

o contrato de concessão com a RESINORTE: Em Dezembro de 2009, este executivo votou por unanimidade que o valor das tarifas dos resíduos sólidos urbanos para 2010 **não sofreria qualquer agravamento**. Hoje somos confrontados com uma proposta que vai ao arrepio de tudo o que o Sr. Presidente afirmou há um ano atrás. Quais as razões para esta mudança? Se houvesse coerência no discurso e na prática, na pior das hipóteses para 2011 a valor das tarifas dos resíduos sólidos deveria manter-se como em 2010. O que ouvimos foi que com a decisão de aderir à Resinorte, o Município poupou 1,3 milhões de euros só neste ano. **Com esta proposta o Executivo socialista pretende arrecadar para si esta verba**, quando o que seria justo era distribuí-la pelos “accionistas”, as famílias vimaranenses, não agravando ainda mais os seus orçamentos, e até se possível em tempo de grave crise económica e de desemprego, **ter a coragem de propor uma redução das tarifas para 2011**. Todos os vimaranenses aprovariam certamente uma redução das tarifas, com o compromisso de contribuírem também para a redução das despesas, com uma nova estratégia para a recolha dos resíduos domésticos. O que é preciso é que o Executivo Municipal se disponha a enveredar por este caminho: reduzir as despesas e não argumentar com a necessidade de aumentar as tarifas e as receitas em virtude de as mesmas terem a obrigação de suportar as despesas, quaisquer que sejam os seus montantes. **Votamos CONTRA”**. -----

CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2011 E PLANO PREVISIONAL 2011 – 2014 – Presente, para aprovação, o Plano de Gestão Previsional



para o Ano Económico de 2011 e Plano Previsional 2011-2014 da CASFIG, EEM, aprovado em reunião do Conselho de Administração em sua reunião extraordinária de 10 de Dezembro de 2010, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

BIBLIOTECA MUNICIPAL RAUL BRANDÃO – DOAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DURANTE O ANO DE 2009 – Presente, para aprovação, a listagem de publicações doadas à Biblioteca Municipal Raúl Brandão por diversas entidades, durante o ano de 2009, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2011

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, é apresentada anualmente proposta de atribuição de verbas a várias Entidades (Centros Sociais, Freguesias, Agrupamentos de Escolas, entre outras), que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares. Para o ano lectivo de 2010/2011, e em conformidade com o disposto no Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, com a nova redacção dada pelo Despacho nº 14368-A/2010, foi fixado o preço da refeição em 1,46€, para os alunos abrangidos pelo Escalão A, e em 0,73€, para os alunos abrangidos pelo Escalão B. Assim, propõe-se, para o ano civil de 2011, a atribuição de verbas para alimentação e gestão em refeitórios escolares no valor mensal de €51.562,60, conforme discriminado no mapa em anexo, o que perfaz um total anual no valor de €567.188,60. Mais se informa que deverá ser

comunicada a atribuição das verbas às Entidades e aos respectivos Agrupamentos de Escolas. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ENCARGOS COM VIGILANTES EM TRANSPORTE ESCOLAR – ANO CIVIL DE 2011 –

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento superior, com o reordenamento da rede escolar, alunos de várias escolas tem vindo anualmente a ser integrados noutros estabelecimentos de ensino, competindo à Autarquia assegurar o transporte dos mesmos para as escolhas de acolhimento. Atendendo a que, conforme o disposto no artigo 8º, da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril de 2006, que regulamenta o transporte colectivo de crianças até aos 16 anos, é obrigatório a presença de vigilantes para acompanhamento das crianças, cabendo à entidade que organiza o transporte assegurar a sua presença, propõe-se a atribuição de verbas a Entidades (Freguesias, Associação de Pais e Agrupamentos de Escolas) que assumem os encargos com pessoal para vigilância e acompanhamento dos alunos no transporte escolar. Assim, propõe-se, para o ano civil de 2011 (Janeiro a Julho e Setembro a Dezembro), a atribuição de uma verba anual no valor de €45.600,00, dos quais €1.600,00 se reportam a pagamento de retroactivos às Freguesias de Balazar e Gondomar, a ser processados no mês de Janeiro. Solicita-se ainda que seja comunicado a atribuição das verbas às Entidades e aos respectivos Agrupamentos de Escolas. Junto se anexa mapa de pormenor. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da

Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – SUBSÍDIOS AOS CLUBES DESPORTIVOS – ÉPOCA 2008/2009 – Presente a seguinte proposta: “Por

deliberação de 21 de Maio de 2009, foram definidos os critérios de apoio e respectivos montantes destinados aos clubes do Concelho

com participação em competições oficiais na época desportiva de 2008/2009, encontrando-se agora concluído o processo de atribuição destes subsídios. Assim, no quadro da referida deliberação, foram pagos, após cumprimento das formalidades ali exigidas, os subsídios enunciados na listagem anexa, que se submetem a ratificação”. A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES – PARQUE DE LAZER – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Urgezes edificou nos espaços envolventes dos Bairros Económico e Municipal da freguesia um Parque de Lazer, tendo igualmente procedido à recuperação do edifício dos antigos balneários que foram reconvertidos em casas de banho públicas e na instalação de um armazém para material daquela autarquia. O Parque de Lazer foi inaugurado no passado dia 24 de Junho incluído no programa das comemorações da data promovidas pelo Município. O investimento realizado orçou em €21.420,00 (vinte e um mil e quatrocentos e vinte euros) de acordo com o auto de medição efectuado pelo Departamento de Obras Municipais. Considerando o interesse público da intervenção realizada que se insere no programa de requalificação paisagística da periferia urbana e de alargamento da área de parques do Município que tem vindo a ser prosseguido, proponho que seja concedido à Junta de Freguesia de Urgezes um apoio financeiro de €21.000,00 (vinte e um mil euros), ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IMPRENSA – ENCONTRO DE PROXIMIDADE COM A IMPRENSA DA REGIÃO NORTE**

Presente a seguinte proposta: “A Associação Portuguesa de Imprensa, sediada em Lisboa, promoveu em Guimarães em 23 de Maio de 2009, em parceria com o Gabinete de Imprensa de Guimarães, um Encontro de Proximidade com a Imprensa da Região Norte, tendo solicitado apoio na cedência das instalações do Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila Flor. De acordo com a norma da época, foi assumido o apoio solicitado que implicava o pagamento dos encargos com essa utilização de acordo com proposta a votar em reunião da Câmara Municipal. Porém, não foi presente a referida proposta a reunião. Exposta a situação e considerando o compromisso assumido, dado o interesse público do evento na promoção de uma melhor imprensa, proponho que seja concedido à Associação Portuguesa de Imprensa um subsídio no valor de €960,00 (novecentos e sessenta euros) destinado a pagar a utilização do Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila Flor e dado tratar-se de um apoio assumido antes da entrada em vigor do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, que o mesmo seja atribuído ao abrigo do nº6 do artigo 2º daquele Regulamento”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – AGRUPAMENTO N.º 703 DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – PRESÉPIO MOVIMENTADO

Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento nº 703 do Corpo Nacional de Escutas com sede em Infantas, promove na próxima quadra natalícia a montagem de um Presépio Movimentado, iniciativa já com tradição na freguesia. Para essa realização orçada em

€500,00 (quinhentos euros) solicitou à Câmara, a exemplo dos anos anteriores, a concessão de um subsídio. Considerando o significado e o interesse público da iniciativa que envolve uma participação da juventude da freguesia, os custos da sua organização, e a atracção que desperta numa ampla área inter-concelhia, proponho que seja concedido um subsídio de €200,00 (duzentos euros) ao referido Agrupamento, e dado que estão ainda a decorrer os procedimentos inerentes às exigências previstas no Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, proponho que seja atribuído ao abrigo do nº6 do artigo 2º daquele Regulamento”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA CRISTINA DE SERZEDELO – Presente a seguinte proposta: “A

Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Cristina de Cerzedelo tem em curso uma obra de ampliação de um edifício onde tem instalado um Salão Paroquial e Salas para actividades de catequese e para escuteiros, tendo solicitado autorização para a ocupação da via pública com a colocação de um tapume com a área de 20 m2 por um período de um ano e isenção do pagamento das respectivas taxas. Considerando a informação da Divisão de Trânsito e Transportes que não há inconveniente na pretensão desde que salvaguardada a livre circulação de peões e viaturas, e dado o interesse público da intervenção, proponho que seja deferida a isenção requerida ao abrigo da alínea b) do nº1 do artigo 7º do Regulamento de e Tabela de Taxas e Licenças Municipais”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LEITÕES – FESTA

**EM HONRA DE S. MARTINHO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Leitões solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Martinho, realizada entre os passados dias 10 e 14 de Novembro. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €20,97 (vinte euros e noventa e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS TROVADORES DO CANO” – FESTA DE NATAL -

Presente um ofício da Comissão de Culto da Capela de Santo António d’ Arcela solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €44,95 (quarenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – FESTA DE NATAL –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição

de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €102,05 (cento e dois euros e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIREDO – FESTA EM HONRA DE S. BRÁS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Figueiredo solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Brás, a realizar entre os dias 3 e 7 de Fevereiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €32,62 (trinta e dois euros e sessenta e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----